

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2023



ANALISTA PROCESSUAL I

Manhã

Tipo 1 - CINZA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: ANALISTA PROCESSUAL I**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA****“Revista USP” discute o jornalismo na era da pós-verdade**

Publicação traz dossiê com artigos de especialistas que analisam modos de garantir a qualidade das informações.

Um dos maiores desafios da mídia contemporânea é conter a proliferação de notícias falsas, as chamadas “fake news”, que acabam fazendo da maneira de pensar atual uma reminiscência do modo de pensar de um camponês medieval, com base em fofocas, boatos e muita conversa. Com isso, o novo mundo se assemelha ao mundo de antes do período em que a imprensa criada por *Gutemberg* predominou na história da humanidade, entre o século 15 e o início do século 21, transformado então apenas numa “interrupção do fluxo normal da comunicação humana”.

Essa análise, inspirada nas ideias do professor *Thomas Pettitt*, da Universidade do Sul da Dinamarca, está exposta no artigo “Verdades e mentiras no ecossistema digital”, do jornalista e professor da Escola Superior de Propaganda e *Marketing* (ESPM) Caio Túlio Costa, publicado na edição número 116 da Revista USP, que acaba de ser lançada. Publicada trimestralmente pela Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP, a revista traz nesta edição o dossiê “Pós-Verdade e Jornalismo”, que inclui cinco artigos de pesquisadores e jornalistas, dedicados a analisar as formas de evitar as “fake news” e garantir a veiculação de informações de qualidade para a sociedade.

Garantir essa qualidade está cada vez mais difícil na era da “pós-verdade” – expressão que designa a circunstância em que fatos objetivos são menos influentes para moldar a opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais, de acordo com a definição do *Oxford Dictionary*. É o que aponta o professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP Eugênio *Bucci*, no artigo “Pós-política e corrosão da verdade”, também publicado no dossiê da Revista USP.

Bucci reitera que parte da responsabilidade pela desvalorização da verdade factual – aquela que se refere não a um valor transcendental, mas ao registro “precário” dos acontecimentos – se deve às redes sociais e à *internet*, “onde se acomodaram confortavelmente as forças dedicadas à produção das notícias fraudulentas”. Ressalvando o lado positivo dessas novas tecnologias, como a abertura de novos canais de diálogos, a facilidade de comunicação entre as pessoas e a exibição imediata de demandas públicas, *Bucci* destaca que o problema se encontra no fato de que, tendo se enraizado no mundo da vida e na esfera pública, elas não são públicas em seus controles e na sua propriedade. “Sob a malha tecnológica, elas promovem a tecnociência e o capital como substitutos da própria política.”

Para *Bucci*, redes sociais como *Facebook* e *Twitter* e sites de busca como *Google* aceleraram e fortaleceram a pós-verdade. Isso se deu, de acordo com o professor, por pelo menos dois motivos. O primeiro se refere ao incremento da velocidade e do alcance proporcionado por esses novos recursos. “Vários levantamentos mostram que as notícias fraudulentas repercutem mais do que as verdadeiras. E mais rapidamente. E arrebatam as amplas massas de um modo acachapante, num grau jamais atingido pelos meios jornalísticos mais convencionais”, escreve *Bucci*, citando como exemplo a campanha de *Donald Trump* à Presidência dos Estados Unidos, em 2016, que em dois dias conseguiu fazer com que boa parte da população do país acreditasse que *Barack Obama* tinha nascido no Quênia.

O segundo motivo por que as redes sociais e sites de busca favorecem a pós-verdade diz respeito ao fator econômico, continua o professor. “Notícias fraudulentas dão lucro. Dentro do ambiente virtual do *Google* e do *Facebook*, a fraude compensa. Quanto maior o número de cliques, mais o autor fatura. E, como a mentira é fácil de produzir (é barata) e desperta o furor das audiências, um dos melhores negócios da atualidade é noticiar acontecimentos que nunca aconteceram de verdade – e que, mesmo assim, despertam emoções fortes nos chamados internautas.”

[...]

(CASTRO, Roberto C. G. “Revista USP” discute o jornalismo na era da pós-verdade. *Jornal da USP*. Em: maio de 2018.)

Questão 01

Algumas palavras podem ter a definição quanto à classe gramatical a que pertencem usualmente alterada; de acordo com o contexto da estrutura linguística em que foram empregadas, analise a frase a seguir:

“Publicação traz dossiê com artigos de especialistas que analisam modos de garantir a qualidade das informações”.

Os termos destacados estão corretamente identificados em: (Considere a sequência em que aparecem.)

- A) Locução; termo integrante; e, substantivo.
- B) Conjunção; preposição; e, advérbio de modo.
- C) Preposição; pronome relativo; e, substantivo.
- D) Advérbio de companhia; conjunção; e, advérbio de modo.

Questão 02

Considerando os recursos estilísticos da linguagem, pode-se afirmar que um tipo de linguagem figurada foi empregado em:

- A) “Quanto maior o número de cliques, mais o autor fatura.” (6º§)
- B) “Revista USP discute o jornalismo na era da pós-verdade” (Título)
- C) “Isso se deu, de acordo com o professor, por pelo menos dois motivos.” (5º§)
- D) “[...] inspirada nas ideias do professor Thomas Pettitt, da Universidade do Sul da Dinamarca, está exposta [...]” (2º§)

Questão 03

De acordo com as ideias e informações apresentadas no texto, pode-se afirmar que:

- A) Acredita-se que o jornalismo de qualidade é determinante no combate e eliminação definitiva das “fake news”.
- B) As “fake news” provocam um impacto na sociedade atual que, sob determinado ponto de vista, remete a um retrocesso em relação a atitudes comportamentais.
- C) Embora haja grande impacto das “fake news” sobre a sociedade, pode-se afirmar que sua ampliação não condiz com o modo de pensar predominante na sociedade atual.
- D) A expressão pós-verdade constitui-se – em um contexto característico do século XXI – de determinada preocupação com a realização de um trabalho jornalístico investigativo na busca da confirmação da verdade.

Questão 04

Acerca do segmento “Publicação traz dossiê com artigos de especialistas que analisam modos de garantir a qualidade das informações”, pode-se afirmar que:

- A) Apresenta oposição em relação à ação citada no título.
- B) Como um sobretítulo do texto, complementa o assunto apresentado.
- C) Denomina-se “subtítulo”, conferindo destaque a determinada informação do texto.
- D) Denomina-se manchete, apresentando-se em destaque e indicando o assunto que será tratado no texto.

Questão 05

Sobre a concordância verbal estabelecida em “Um dos maiores desafios da mídia contemporânea é conter a proliferação de notícias falsas, [...]” (1º§), pode-se afirmar que:

- A) Exemplifica o uso e registro da linguagem informal ou coloquial.
- B) Trata-se de emprego facultativo da 2ª pessoa do singular do verbo “ser”.
- C) A substituição da expressão “Um dos” por “Os” manteria, obrigatoriamente, a forma verbal na 3ª pessoa do singular.
- D) Caso o trecho fosse reescrito empregando-se a expressão “um dos que”, seria uma possibilidade adequada: “Dentre os maiores desafios da mídia contemporânea, um dos que contêm a proliferação de notícias falsas, [...]”.

Questão 06

Pode-se observar que os termos destacados a seguir exemplificam a manutenção do referente introduzido anteriormente no texto por meio de elemento de coesão textual, com EXCEÇÃO de:

- A) “[...] com base em fofocas, boatos e muita conversa.” (1º§)
- B) “[...] edição número 116 da Revista USP, que acaba de ser lançada.” (2º§)
- C) “Com isso, o novo mundo se assemelha ao mundo de antes do período [...]” (1º§)
- D) “Essa análise, inspirada nas ideias do professor Thomas Pettitt, da Universidade do Sul da Dinamarca, [...]” (2º§)

Questão 07

“[...] que inclui cinco artigos de pesquisadores e jornalistas, dedicados a analisar as formas de evitar as ‘fake News’ e garantir a veiculação de informações de qualidade para a sociedade.” (2º§) O segmento destacado no trecho anterior apresenta algumas ocorrências do termo “a” (e variações). Pode-se afirmar que, em relação à regência verbal, tal termo foi utilizado:

- A) Apenas uma vez.
- B) Apenas três vezes.
- C) Apenas duas vezes.
- D) Em todas as ocorrências.

Questão 08

De acordo com o texto, pode-se concluir que as “fake news”:

- A) Podem provocar mudanças à medida que são confrontadas pela credibilidade própria da pós-verdade.
- B) Estimulam o processo atual de desvirtuamento da pesquisa investigativa, controlando-a e manipulando-a.
- C) Fortalecem as características pertinentes ao termo “pós-verdade”, de modo a contribuir com sua propagação.
- D) Conferem à sociedade pós-moderna características relacionadas ao contínuo questionamento em busca de informação clara e objetiva.

Questão 09

“Garantir essa qualidade está cada vez mais difícil na era da ‘pós-verdade’ – expressão que designa a circunstância em que fatos objetivos são menos influentes para moldar a opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais, de acordo com a definição do Oxford Dictionary.” (3º§) Pode-se afirmar em relação ao emprego da crase no trecho em destaque que:

- A) As duas ocorrências são facultativas.
- B) Há obrigatoriedade nas duas ocorrências.
- C) Apenas a segunda ocorrência é facultativa.
- D) Os complementos que o sucedem são regidos por diferentes termos.

Questão 10

Considerando mecanismos da argumentação textual, pode-se afirmar que:

- A) O ponto de vista apresentado no texto é o principal argumento acerca do assunto tratado de grande relevância para a sociedade atual.
- B) Não há utilização de tais mecanismos considerando a estrutura textual apresentada e suas características de acordo com a tipologia e gênero textual que o texto pode ser classificado.
- C) Ao inserir citações de especialistas no assunto tratado, ocorre a inserção de argumento de autoridade cujo objetivo é tornar a compreensão do texto acessível a todos os tipos de interlocutores.
- D) É possível identificar, por meio do discurso indireto citado no texto, argumento que pode ser empregado como contra-argumento em defesa de ideia combativa do uso de novas tecnologias da comunicação.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Considere a matriz a seguir:

$$\begin{bmatrix} k & -k \\ -2 & -2 \end{bmatrix}$$

Sabendo-se que seu determinante é dado pela soma entre as raízes da equação do segundo grau: $x^2 + 9x + 20 = 0$, qual é o valor de k ?

- A) 1,25.
- B) 2,25.
- C) -1,25.
- D) -2,25.

Questão 12

Considere verdadeira a proposição:

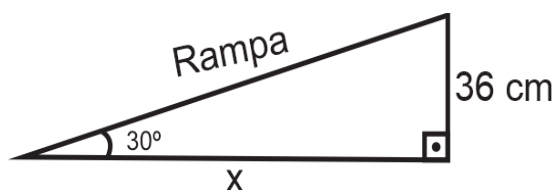
“Se Júlio mora em Nova Friburgo, então Paula é carioca e Joana não gosta de morar no Rio”.

Sendo verdade que Joana gosta de morar no Rio, também será necessariamente verdadeiro que:

- A) Paula é carioca.
- B) Paula não é carioca.
- C) Júlio mora em Nova Friburgo.
- D) Júlio não mora em Nova Friburgo.

Questão 13

A Prefeitura de Nova Friburgo está implementando os recursos de acessibilidade e, entre as práticas a serem adotadas, está a construção de rampas de acesso nas principais entradas dos prédios da entidade. O esboço apresentado abaixo representa uma rampa que deverá ser instalada em uma calçada para acessar a recepção da prefeitura municipal.



De acordo com esse esboço, a distância representada por x pertence a qual dos intervalos a seguir?

- A) De 40,0 cm a 50 cm.
- B) De 50,1 cm a 60,0 cm.
- C) De 60,1 cm a 70,0 cm.
- D) De 70,1 cm a 80,0 cm.

Questão 14

No início do verão em Nova Friburgo, o noticiário informou que a probabilidade de chuva em cada um dos cinco primeiros dias era de 25%, sendo que a ocorrência de chuva em um dia é independente dos demais. Assim, considerando-se que o noticiário está correto, a probabilidade de que chova em dois dos cinco dias pertence a qual dos intervalos a seguir?

- A) 0,1% a 25%
- B) 25,1% a 50,0%
- C) 50,1% a 75,0%
- D) 75,1% a 99,9%

Questão 15

Quatro amigos estavam conversando sobre suas trajetórias profissionais e comentaram quais eram seus respectivos salários. Ao terminarem a conversa, constataram que a soma dos salários dos quatro é igual a R\$ 18.800,00 e que estes salários formavam uma progressão aritmética, cuja razão é R\$ 900,00. De acordo com essa situação, o valor do maior salário, dentre estes quatro amigos, pertence a qual dos intervalos?

- A) R\$ 4.500,00 e R\$ 5.000,00.
- B) R\$ 5.000,01 e R\$ 5.500,00.
- C) R\$ 5.500,01 e R\$ 6.000,00.
- D) R\$ 6.000,01 e R\$ 6.500,00.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 16

A dignidade da pessoa humana é um fundamento da República Federativa do Brasil e consiste no valor-fonte do ordenamento jurídico, a base de todos os direitos fundamentais. Trata-se do princípio que coloca o ser humano como preocupação central para o Estado brasileiro; a proteção às pessoas deve ser vista como um fim em si mesmo. Em razão da importância do princípio da dignidade da pessoa humana, o STF já o utilizou como fundamento de diversas decisões importantes. Com fulcro no exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Considerou legítima a união homoafetiva como entidade familiar, em razão do princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à busca pela felicidade.
- II. Considera que não ofende o direito à vida e à dignidade da pessoa humana a pesquisa com células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados nesse procedimento.
- III. Entende que não é possível, por violar o princípio da dignidade da pessoa humana, a submissão compulsória do pai ao exame de DNA na ação de investigação de paternidade.
- IV. Que a crítica jornalística é um direito cujo suporte legitimador é o pluralismo político; o exercício desse direito deve, assim, ser preservado contra ensaios autoritários de repressão penal.

Dentre os entendimentos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e III, apenas.

Questão 17

Existem duas maneiras de o Estado prestar seus serviços, de forma centralizada ou descentralizada. Sobre a descentralização, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ocorre a descentralização política quando a Constituição Federal atribui competências aos Estados, DF e Municípios; a distribuição de competências, entre os entes políticos, que ocorre no nível constitucional.
- II. A descentralização administrativa envolve duas pessoas distintas: de um lado, o Estado – seja a União, estados, Distrito Federal ou municípios – e, de outro, a pessoa que executará o serviço, uma vez que recebeu essa atribuição do Estado.
- III. A descentralização por outorga ocorre quando o Estado cria uma entidade com personalidade jurídica e a ela transfere a titularidade e execução de determinado serviço público.
- IV. A descentralização ocorre dentro de uma mesma pessoa jurídica, como uma técnica administrativa para distribuir internamente as competências.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) I, III e IV.

Questão 18

Considerando as diferentes acepções que norteiam o princípio da impessoalidade, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na primeira acepção de finalidade, o princípio da impessoalidade traduz a ideia de que toda atuação da Administração deve buscar a satisfação do interesse público; pode-se dizer, portanto, que tal princípio decorre do princípio da supremacia do interesse público.
- II. Na segunda acepção, o princípio da impessoalidade traz a ideia de vedação à promoção pessoal, de forma que o agente público não pode utilizar as realizações da Administração Pública para promoção pessoal.
- III. A terceira acepção do princípio da impessoalidade é aquela que o relaciona à isonomia. É o que se verifica, por exemplo, na exigência de concurso público para o acesso aos cargos públicos. A oportunidade de se ter acesso a esses cargos é igual para todos. Outro exemplo dessa acepção aduz sobre o pagamento das dívidas do Estado, que deverá observar, em regra, a ordem cronológica de apresentação dos precatórios.
- IV. A quarta acepção do princípio da impessoalidade é a que considera que os atos praticados pelo agente público não são imputáveis a ele, mas ao órgão ou entidade em nome do qual ele age. A ação dos agentes é, portanto, impessoal.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) II e III, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.

Questão 19

Conforme elucida o Art. 18, da CF/1988, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. Os Territórios não são entes federativos e, portanto, não possuem autonomia política. Considerando o exposto, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. União.
 2. Estados Membros.
 3. Distrito Federal.
 4. Territórios Federais.
 5. Municípios.
- () São entes autônomos, com personalidade jurídica de direito público interno, dotados de autonomia política e, por isso, apresentam capacidade de auto-organização, autolegislação, autoadministração e autogoverno.
- () Pessoa jurídica de direito público interno, sem personalidade internacional, autônoma, com competências administrativas e legislativas enumeradas pela Carta Magna.
- () Ente federado autônomo de natureza híbrida, apresentando algumas características dos Estados e outras dos Municípios; a auto-organização se manifesta por meio de Lei Orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulga, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição.
- () Poderão ser criados a qualquer tempo por meio de lei complementar, sendo considerados meras descentralizações administrativas; é organizado e mantido pela União.
- () São entes autônomos, sendo sua autonomia alçada, pela Constituição Federal, à condição de princípio constitucional sensível, seu poder de auto-organização é limitado pela Constituição Federal e, segundo o STF, tais limites não podem ser atenuados nem agravados pela Constituição do Estado.

A sequência está correta em

- A) 2, 1, 3, 4, 5.
- B) 5, 4, 3, 2, 1.
- C) 2, 4, 1, 3, 5.
- D) 4, 2, 3, 5, 1.

Questão 20

Trata-se daquela que resulta de um fato natural, o nascimento; diz-se, portanto, que é uma forma involuntária de aquisição de nacionalidade. É atribuída ao indivíduo em razão de critérios sanguíneos (*ius sanguinis*); territoriais (*ius soli*); ou mistos. Os brasileiros que a recebem são chamados de brasileiros natos. O conceito apresentado anteriormente refere-se à nacionalidade:

- A) Derivada.
- B) Originária.
- C) Presumida.
- D) Naturalizada.

Questão 21

O *habeas corpus* é o remédio constitucional adequado para proteger a liberdade de locomoção e consiste numa garantia fundamental. Por remédio constitucional, compreende-se um meio que a Constituição oferta ao indivíduo visando proteção de seus direitos contra a ilegalidade ou o abuso de poder cometido pelo Estado. O *habeas corpus* tem natureza

- A) penal e rito sumário; e, ainda, caráter residual.
- B) civil e rito sumário, cuja ação é personalíssima.
- C) de ação judicial, de rito sumário especial e natureza coletiva.
- D) penal e procedimento especial, cuja ação possui legitimidade universal.

Questão 22

O Art. 9º, inciso VII, da Lei da Improbidade Administrativa (alterada pela Lei nº 14.230/2021), aduz que adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no *caput* deste artigo, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução, configura ato de improbidade administrativa que

- A) causa prejuízo ao erário.
- B) importa em enriquecimento ilícito.
- C) decorre de divergência interpretativa da lei.
- D) é atentatório aos princípios da Administração Pública.

Questão 23

Segundo a doutrina, a licitação possui o objeto imediato, constituindo-se da seleção de determinada proposta para o atendimento de um fim público; o objeto mediato consiste na obtenção de um proveito para o poder público como obra, serviço, compra, alienação, dentre outros. Considerando a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- B) Aplica-se a Lei nº 14.133/2021 em contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.
- C) Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.
- D) É assegurado, independentemente do prazo de duração do contrato, a utilização de mais de um índice de reajuste no mesmo contrato nos casos em que apenas um índice não refletir a variação ponderada dos custos de insumos utilizados em determinado tipo de obra.

Questão 24

Considerando a Lei nº 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo na administração federal, analise as afirmativas a seguir.

- I. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- II. São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezesseis anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.
- III. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- IV. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de vinte dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.

Questão 25

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI, regulamenta o direito fundamental, previsto na Constituição, de qualquer pessoa física ou jurídica solicitar e receber informações públicas produzidas ou custodiadas pelos órgãos e entidades públicos. Os prazos máximos de restrição de acesso à informação que vigoram a partir da data de sua produção são:

- A) Secreta: 10 anos.
- B) Reservada: 15 anos.
- C) Moderada: 05 anos.
- D) Ultrassecreta: 25 anos.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 26

Determinado funcionário do setor de almoxarifado da prefeitura de Nova Friburgo foi afastado temporariamente do seu cargo em razão de determinação judicial, baseada em relatórios de auditorias feitas pelo Tribunal de Contas do Estado. O funcionário mais antigo do setor foi nomeado para ocupar o cargo efetivo vago. Nos termos do Estatuto do Servidor – Lei Municipal nº 1.470/1979, esta nomeação é feita

- A) em comissão.
- B) em substituição.
- C) em concorrência.
- D) em caráter efetivo.

Questão 27

O Estatuto do Servidor – Lei Municipal nº 1.470/1979, prevê que ao funcionário é assegurado o direito de petição em toda a sua amplitude, assim como o de representar seus superiores hierárquicos, mesmo nos casos de abuso de autoridade e para obter o ressarcimento de direito violado. Sobre direito de pleitear na esfera administrativa, decisões, recursos e prescrição, assinale afirmativa correta.

- A) Prescreve em cinco anos, quanto aos atos de que decorram demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- B) Os prazos de prescrição estabelecidos no Estatuto somente contar-se-ão a partir da data da publicação do ato no Órgão Oficial.
- C) Fica precluso em cento e vinte dias o direito de pedir as licenças previstas no Estatuto, contado da data do fato gerador do afastamento.
- D) O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e terá solução dentro do prazo máximo de noventa dias, salvo em casos que obriguem a realização de diligências ou estudo especial.

Questão 28

Considerando a organização municipal prevista na Lei Orgânica do Município – Lei Municipal nº 4.637/2018, assinale a afirmativa correta.

- A) O Município, pessoa jurídica de direito público interno, é constituído pelos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, independentes e harmônicos entre si.
- B) O Município de Nova Friburgo é dotado de autonomia administrativa, pela organização dos serviços públicos locais e administração própria dos assuntos de interesse local.
- C) O Município poderá celebrar convênios ou consórcios com a União, Estados e Municípios ou respectivos entes da Administração indireta para contratação de empréstimos e financiamentos sem prévia autorização legislativa.
- D) O Município rege-se por sua Lei Orgânica; desse modo, as restrições impostas pela legislação municipal em matéria de interesse local prevalecem sobre disposições de qualquer ente federativo, inclusive em matéria constitucional, quando anteriores a estas e desde que não revogadas expressamente.

Questão 29

Os agentes públicos, na esfera de suas respectivas atribuições, prestarão informações e fornecerão certidões a quem as requerer, desde que no seu interesse particular ou interesse coletivo ou geral. Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município – Lei Municipal nº 4.637/2018, assinale afirmativa correta sobre as certidões.

- A) O direito à certidão é gratuito, sendo vedado estabelecer norma que exija o prévio pagamento de emolumentos.
- B) As informações em forma de certidão serão prestadas por escrito e firmadas pelo agente público que as prestou.
- C) As certidões que contenham informações pessoais e sigilosas de outros cidadãos somente poderão ser expedidas mediante ciência expressa e assinatura do Prefeito.
- D) As informações serão prestadas dentro do prazo de quarenta e oito horas, quando não puderem ser imediatamente, e as certidões serão expedidas no prazo máximo de cinco dias corridos.

Questão 30

Tendo em vista que o Código de Posturas de Nova Friburgo dispõe sobre a exploração dos meios de publicidade nas vias públicas e logradouros, bem como nos lugares de acesso comum, assinale afirmativa correta.

- A) Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando pela sua natureza provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito público.
- B) A exploração dos meios de publicidade nas vias públicas e logradouros independe de licença da Prefeitura, sujeitando o contribuinte apenas ao pagamento da taxa respectiva.
- C) Os anúncios que estiverem dentro de terrenos privados ou área de domínio privado não estão sujeitos às diretrizes estabelecidas pelo Código de Posturas de Nova Friburgo.
- D) Os panfletos ou anúncios destinados a serem distribuídos ou lançados nas vias públicas ou logradouros devem conter todas as informações necessárias da publicidade, ficando as dimensões livre do anunciante.

Questão 31

O Código de Posturas de Nova Friburgo dispõe sobre as medidas de polícia administrativa, a cargo do Município, em matéria de higiene, ordem pública e funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais, estatuidos as necessárias relações entre o poder público local e os municípios. Para preservar de maneira geral a higiene pública, fica terminantemente proibido:

- I. Lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados nas vias públicas.
- II. Queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança.
- III. Os vendedores ambulantes de Nova Friburgo são responsáveis pela conservação e limpeza da área em redor de seu ponto de venda.
- IV. Atirar lixo ou quaisquer outros detritos no leito dos rios.
- V. Aterrar vias públicas com lixo, materiais velhos, ou quaisquer detritos.
- VI. Instalar estrumeiras a qualquer distância das ruas e logradouros públicos, ou depósitos em grande quantidade, de estrume animal não beneficiado.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I, II, IV e V.
- B) II, III, V e VI.
- C) I, III, IV e VI.
- D) III, IV, V e VI.

Questão 32

A conduta ética dos agentes públicos municipais serão regidas pelo Código de Ética e de Conduta dos Agentes Públicos do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo de outras normas disciplinares aplicáveis. São considerados compromissos de conduta ética do agente público do Poder Executivo Municipal, EXCETO:

- A) Não dificultar o acompanhamento de suas tarefas por todos aqueles que, por atribuição legal, devam fazê-lo.
- B) Apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função e à condição de agente da Administração Pública municipal.
- C) Declarar-se impedido ou suspeito em situações que sua independência ou imparcialidade possam estar prejudicadas para o desempenho de suas funções, observando-se as hipóteses legais.
- D) Não aceitar presentes em forma de brindes, mesmo aqueles sem valor comercial ou aqueles distribuídos por entidades de qualquer natureza, a título de cortesia, que não redunde em propaganda ou vantagem, ou ainda por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas.

Questão 33

Considerando as normas contidas no Código Tributário do Município de Nova Friburgo, quando o contribuinte ou responsável legal deixar de eleger o domicílio tributário, será considerado como tal

- A) quanto às pessoas jurídicas de direito público, a sede do Município.
- B) quanto às pessoas naturais, sendo esta incerta ou desconhecida, a sede da Defensoria Pública, que atuará como curadora especial.
- C) quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de cada estabelecimento situado no território do Município.
- D) quanto às pessoas naturais que possuem residência habitual, o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos que derem origem à obrigação.

Questão 34

Segundo o Código Tributário do Município de Nova Friburgo, compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível. Sobre a constituição do crédito tributário e do lançamento, assinale afirmativa correta.

- A) O não-recebimento da guia de pagamento ou do carnê de cobrança exonera o contribuinte da obrigação tributária, cujos prazos de vencimento devem ser reabertos.
- B) A impugnação do lançamento do imposto poderá ser apresentada em até quarenta e cinco dias a contar do recebimento da notificação que der ciência do crédito lançado ao contribuinte.
- C) O lançamento do tributo depende da validade jurídica dos atos efetivamente praticados por contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza de seu objeto ou dos seus efeitos.
- D) Em qualquer caso, considera-se notificado o contribuinte mediante a distribuição ou divulgação do carnê e/ou da guia de pagamento do tributo, com subsequente disponibilização, por meio eletrônico, ao contribuinte.

Questão 35

Os infratores dos dispositivos Código do Meio Ambiente do Município, de seus regulamentos e do estabelecidos pelas demais normas atinentes à matéria, ficam sujeitos às penalidades previstas nesta Lei, além das demais sanções civis ou penais, fixadas pela legislação federal ou estadual. Para a imposição da pena e da graduação da pena de multa, a autoridade ambiental deverá considerar o dano causado ao meio ambiente, observando critérios de valoração ambiental e circunstâncias atenuantes e agravantes. Assim, sobre as penalidades ambientais, assinale afirmativa correta.

- A) São circunstâncias atenuantes o menor grau de compreensão e a escolaridade do infrator.
- B) Trata-se de circunstância agravante a comunicação da infração acidental pelo próprio infrator.
- C) A infração será classificada como muito grave quando for verificada a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou reincidência.
- D) Arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação da agressão ambiental causada, não é suficiente para gerar atenuantes das penas, pois o dano ambiental já foi praticado.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 36

Gertrudes, analista processual do município de Nova Friburgo, está elaborando um parecer, a pedido de seu superior imediato, sobre as previsões constitucionais que impactam a atuação e organização dos municípios na federação brasileira. Em pesquisa na *Internet* encontrou em *blog*, de caráter científico duvidoso, as afirmativas a seguir apresentadas, das quais somente uma é correta. Assinale-a.

- A) A fusão de municípios no país depende de aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar.
- B) Pode o município, por meio de lei complementar aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores, aprovar a instituição de Tribunal de Contas Municipal.
- C) A federação brasileira apresenta determinado sistema que garante a representação dos municípios nas Casas que compõem o Congresso Nacional, mediante composição proporcional à população.
- D) Um dos atributos da autonomia conferida aos municípios é a capacidade de auto-organização por meio de lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Questão 37

Tendo em vista o papel do Município e sua regulamentação na Carta Magna de 1988, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme a periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.
- II. A despeito de no capítulo dedicado à segurança pública, a Constituição não ter previsto a instituição de polícia em âmbito municipal, pode o Município constituir guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, inclusive sendo possível o porte de arma de fogo aos seus integrantes, independentemente do número de habitantes, conforme decidido recentemente pelo Supremo Tribunal Federal – STF.
- III. Inexistindo lei federal sobre normas gerais de determinado assunto, os Municípios exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, resguardado tal direito também aos Estados.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e II, apenas.

Questão 38

Elaine, analista processual do município de Nova Friburgo, recebe em seu departamento processo administrativo que versa sobre crédito tributário decorrente de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, referente ao exercício de dois anos atrás, lançado pelo município de acordo com os dados que dispunha em seu cadastro sobre a propriedade de Pablo, sujeito passivo. No processo consta, ainda, que Pablo obteve o parcelamento do referido crédito por meio de política fiscal adotada pelo Município. Sobre o caso hipotético em apreço, é correto afirmar que o crédito tributário é proveniente de lançamento

- A) de ofício, e o parcelamento obtido é causa de exclusão do crédito tributário.
- B) por homologação, e o parcelamento obtido é causa de exclusão do crédito tributário.
- C) de ofício, e o parcelamento obtido é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- D) por homologação, e o parcelamento obtido é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Questão 39

Em determinado Município do país, durante sessão ordinária da Câmara Municipal, os vereadores Tício e Mévio discutem ideias para projetos de lei que poderão ser submetidos à apreciação na Casa. Tício, em sua fala, diz que urge ao município definir, por meio de lei, o tempo máximo de espera de clientes em filas de instituições bancárias instaladas no território municipal. Mévio, por sua vez, defende que a Constituição prevê a proteção ao interesse local pelas leis municipais, de modo que seria viável a aprovação de lei para regulamentar o horário de funcionamento das agências bancárias da cidade. Diante do caso exposto e de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

- A) A fixação do horário bancário, para atendimento ao público, é competência da União.
- B) Depende de lei federal a fixação de tempo máximo de espera dos clientes em filas de instituições bancárias.
- C) Ambas as propostas são viáveis, pois se inserem dentro das competências legislativas privativas atribuídas ao Município pela Constituição Federal.
- D) O Município é competente para fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais em geral, mas a competência para fixação do horário de funcionamento e do tempo de espera em filas de agências bancárias é do Estado-Membro.

Questão 40

De acordo com o que dispõe a lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal – Lei nº 9.784/1999, e as disposições doutrinárias aplicáveis, analise os itens a seguir.

- I. Define-se órgão como a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta, dotada de personalidade jurídica.
- II. A legislação não veda que o processo administrativo decorra de requerimento inicial formulado mediante solicitação oral.
- III. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 41

Joana foi recentemente empossada no cargo de analista processual da prefeitura de Nova Friburgo. Dentre suas principais atribuições, realiza atividades relacionadas à devida instrução de processos administrativos, de acordo com as normativas legais. Assinale, a seguir, a afirmativa que corresponde a uma orientação correta a ser seguida na análise de tais processos, conforme o que dispõe a Lei Federal nº 9.784/1999 e o direito administrativo brasileiro.

- A) A competência é considerada um dos requisitos de um ato administrativo sendo considerada pela lei como irrenunciável e indelegável.
- B) Um órgão administrativo poderá, se não houver impedimento legal, avocar parte da competência de outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados.
- C) Um servidor é designado para atuar em processo administrativo e, posteriormente, verifica que seu primo nele participará como testemunha. Esta situação, por si só, não acarreta impedimento de que o servidor prossiga atuando no referido processo.
- D) O recurso administrativo próprio é aquele que não se identifica relação hierárquica entre a autoridade revisora e aquela que proferiu a decisão recorrida, como é o caso de decisão de recurso por Secretário de Estado em face de decisão proferida por Presidente de autarquia.

Questão 42

Marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Dentre as tendências modernas do direito administrativo, verifica-se uma abertura de diálogo da Administração com os administrados, permitindo que eles colaborem para o aperfeiçoamento ou a legitimação da atividade administrativa. A isso, dá-se o nome de administração dialógica.
- () São exemplos de modalidades de licitação presentes tanto na Lei nº 8.666/1993 quanto na Lei nº 14.133/2021, a concorrência, o concurso e a tomada de preços.
- () Dentre as formas de controle da Administração Pública, classifica-se como controle externo aquele que adota o critério da origem, sendo dele exemplo a fiscalização exercida pelo Congresso Nacional.
- () De acordo com a nova lei de licitações, caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

A sequência está correta em

- A) F, V, F, V.
- B) V, F, V, V.
- C) V, V, F, F.
- D) F, V, V, V.

Questão 43

Constitui-se a imunidade tributária quando

- A) há ocorrência do fato gerador, porém com alíquota zero.
- B) ocorre a exclusão do crédito tributário mediante o perdão legal de infrações cometidas.
- C) há dispensa, por meio de lei do ente competente para instituir o tributo, do pagamento em determinadas situações.
- D) a própria Constituição delimita a competência do ente federado, impedindo-o de definir determinadas situações como hipóteses de incidência de tributos.

Questão 44

O direito das obrigações é uma área fundamental do direito civil que trata das relações jurídicas nas quais uma pessoa, chamada de devedor, assume uma obrigação perante outra pessoa, denominada credor. Essas obrigações podem envolver o cumprimento de uma prestação, que pode ser uma ação, uma abstenção ou a entrega de algo, com o objetivo de satisfazer um interesse legítimo do credor. Em relação ao direito das obrigações, analise as afirmativas a seguir.

- I. Havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação indivisível, esta presume-se dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os credores ou devedores.
- II. A obrigação solidária pode ser pura e composta para um dos cocredores ou codevedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro.
- III. O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.
- IV. O devedor demandado pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais e as comuns a todos; não lhe aproveitando as exceções pessoais a outro codevedor.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 45

A obrigação de indenizar desempenha um papel crucial na proteção dos direitos e interesses das pessoas, incentivando a responsabilidade por atos ilícitos e o cumprimento de obrigações contratuais. Ela busca restaurar a justiça quando ocorre um dano injusto, proporcionando à vítima uma compensação adequada pelos prejuízos sofridos. Assinale a afirmativa correta.

- A) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for ascendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- B) Ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem, independentemente de culpa, pelos danos causados por produtos postos em circulação.
- C) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes para responder pelos referidos prejuízos.
- D) O devedor que demandar o credor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.

Questão 46

Na área do direito das sucessões, que regula a transferência do patrimônio de uma pessoa falecida para seus herdeiros e legatários, existem alguns casos em que determinadas pessoas podem ser excluídas da sucessão, ou seja, não têm direito à herança ou legado deixados pelo *de cujus*. O código civil elenca duas espécies de excluídos da sucessão, quais sejam, os deserdados e os indignos. Em relação aos excluídos da sucessão, assinale a afirmativa correta.

- A) O excluído da sucessão terá direito ao usufruto ou à administração dos bens que a seus sucessores couberem na herança, bem como à sucessão eventual desses bens.
- B) Aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança não será admitido a suceder, mesmo se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, ou em outro ato autêntico.
- C) Em qualquer dos casos de indignidade previstos no código civil, o trânsito em julgado da sentença penal condenatória acarretará a imediata exclusão do herdeiro ou legatário indigno, independentemente da sentença civil.
- D) São válidas as doações de bens hereditários a terceiros de boa-fé, e os atos de administração legalmente praticados pelo herdeiro, antes da sentença de exclusão; mas aos herdeiros subsiste, quando prejudicados, o direito de demandar-lhe perdas e danos.

Questão 47

É assegurado, dentre os direitos dos trabalhadores, no texto constitucional, a “duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais”. No que concerne à jornada de trabalho, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A) A realização de jornada excessiva habitual enseja, por si só, o pagamento de indenização por dano existencial.
- B) É vedada a dispensa do acréscimo de salário em função de horas extras por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, sob qualquer condição.
- C) Considera-se trabalho em tempo parcial apenas aquele cuja duração não exceda as trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais.
- D) O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno não será computado na jornada de trabalho.

Questão 48

O contrato de trabalho é o negócio jurídico pelo qual o empregado se obriga, mediante pagamento de determinado salário, a prestar trabalho não eventual em proveito de outra pessoa a quem fica subordinado. À luz do disposto pelas fontes normativas do direito do trabalho, é correto afirmar que:

- A) O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando de contrato de experiência se a natureza do serviço tiver caráter transitório.
- B) Para fins de contratação, é vedado ao empregador exigir do candidato ao emprego comprovação de experiência prévia no mesmo tipo de atividade.
- C) A exigência de certidão de antecedentes criminais de candidato a emprego é legítima e não caracteriza lesão moral quando amparada em expressa previsão legal.
- D) A contratação do autônomo, cumpridas todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua, não afasta a qualidade de empregado prevista na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Questão 49

No procedimento dos dissídios individuais, é necessário observar uma série de atos, termos e prazos processuais. Conforme entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, assinale a afirmativa correta.

- A) A reclamação verbal será distribuída após a sua redução a termo.
- B) O prazo para pagamento das custas, no caso de recurso, é contado da intimação do cálculo.
- C) A parte vencedora na primeira instância, se vencida na segunda, está desobrigada, se não for intimada, a pagar as custas fixadas na sentença originária.
- D) No caso de inversão do ônus da sucumbência em segundo grau, sem acréscimo ou atualização do valor das custas já devidamente recolhidas, cabe novo pagamento pela parte vencida ao recorrer.

Questão 50

Na forma da lei que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. O benefício do auxílio-acidente será:

- A) Concedido, tendo como parâmetro para fixar seu termo inicial o laudo pericial.
- B) Concedido, observada à legislação em vigor ao tempo em que o benefício foi requerido.
- C) Cumulado com o auxílio-doença, quando os benefícios decorrem do mesmo fato gerador.
- D) Devido, a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.





INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares e etc., o que não acarreta nenhuma responsabilidade ao Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo, durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para todo os cargos de nível superior; médio; e, médio técnico; e, 30 (trinta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível fundamental incompleto. Será aplicada Prova Discursiva apenas para o cargo de Procurador do Município.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo de Procurador do Município). Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 3 (três) horas para os cargos de nível fundamental incompleto, médio e médio técnico; 4 (quatro) horas para os cargos de nível superior. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo de Procurador do Município).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo de Procurador do Município) devidamente assinados, apenas, no local indicado, sem qualquer outro termo que identifique o candidato.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato somente poderá retirar-se do local de provas a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação e pelo Coordenador da Unidade de Provas.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.